

Entre História e Ciência Política: Linguagem, Ideais e Agência. Um Diálogo sobre Mudanças Ideacionais¹

History and Political Science: Language, Ideals and Agency. A Dialogue on Ideational Changes

Lenon Maschette²

Resumo: Através de abordagem multidisciplinar entre História das Ideias e Ciências Políticas, o presente artigo se propõe a estabelecer um espaço de diálogo entre as duas ciências no que se refere às análises ideacionais. O artigo sustenta que análises históricas poderiam contribuir para a superação de alguns problemas da abordagem política ideacional. Especificamente, a questão que orienta a pesquisa é o caráter versátil e flexível das ideias nas análises históricas e como esse entendimento poderia trazer maior dinamismo e protagonismo aos atores políticos nas análises ideacionais das Ciências Políticas.

Palavras-chave: ideias; História das Ideias; Ciência Política.

Abstract: Through a multidisciplinary approach between the History of Ideas and Political Sciences, the present article proposes to establish a space of dialogue between those two sciences concerning ideational analysis. The article suggests that historical analyzes could contribute to the overcoming of some problems in the ideational political approach. Specifically, the question that guides the research is the versatile and flexible character of the ideas in historical analyzes and how this understanding could bring more dynamism and protagonism to the political actors in the ideational analyzes of Political Sciences.

Keywords: ideas; History of Ideas; Political Science.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo o estabelecimento de uma ponte, um canal de comunicação entre a História das Ideias³ e as Ciências Políticas, no que se refere à análise

¹ A pesquisa que resultou neste artigo contou com o auxílio da bolsa de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Graduado em História pela Universidade de São Paulo (2010). Mestre em História das Ideias pela Birkbeck College, University of London (2016). Atualmente, é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e bolsista FAPESP.

³ Por História das Ideias, referimo-nos, neste trabalho, de forma genérica e ampla, a todo o campo histórico que se dedica à análise ideacional e linguística, seja a História Intelectual, História das Ideias, História dos Discursos, História dos Conceitos etc. Apesar das diferenças teóricas e metodológicas que esses campos possam apresentar,

política ideacional. Isso não significa dizer que esse diálogo é inexistente, ou que o presente estudo se baseia apenas no trabalho isolado de historiadores das ideias. Antes, significa dizer que o campo de diálogo entre essas disciplinas é subdesenvolvido, se considerarmos as possibilidades de aprendizado mútuo, por um lado, e a falta de comunicação entre os pesquisadores e suas análises, por outro. Especificamente, o estudo se propõe a trazer novas ideias e conceitos, provenientes da História das Ideias, que possam contribuir para as análises políticas ideacionais.

Se a “virada” ideacional no campo das ciências políticas, no final do século XX, foi impulsionada pela crescente percepção de que as análises materiais prevalecentes eram falhas, sobretudo por seu desprezo pelas questões socioculturais (BUSCH, 1999, p. 30-31) foi, especialmente, a falta de capacidade dessas análises em explicar grandes transformações (HOCHSCHILD, 2006, p. 294) que estimularia os cientistas políticos a buscarem, nas ideias e, poderíamos dizer, nos discursos, as ferramentas teórico-metodológicas para a superação de análises puramente focadas na ideia de equilíbrio e ordem institucional, e a substituição das mesmas por uma visão mais dinâmica dos processos políticos (SCHMIDT, 2008). Apesar desses esforços e de importantes progressos no que se refere ao entendimento das transformações institucionais, grande parte das análises ideacionais, como aponta o cientista político Sheri Berman, ainda tenderiam a enfatizar o “status quo”, a tratarem ideias como parte de um cenário já dado, e como produtoras de longos e “estáveis padrões de comportamento” (BERMAN, 2011, p. 106, tradução nossa).

Muitas dessas análises destacam a importância das ideias no estudo dos processos políticos, bem como os possíveis papéis que elas poderiam desempenhar nesses processos. Contudo, elas geralmente pouco se preocuparam em esclarecer como e por que as ideias trariam maior flexibilidade e dinamismo às análises políticas. Se as ideias são a ferramenta responsável por nos fazer entender as transformações no mundo político, precisamos, então, compreender seu funcionamento e sua relação com esses processos. O trabalho de Martin Carstensen (2011) é uma bem-sucedida exceção que se diferencia da maioria das análises ideacionais das Ciências Políticas ao tentar entender como as ideias funcionam e por que elas viabilizariam maior dinamismo aos processos políticos. A novidade está no foco de Carstensen. Ao invés de analisar como um ator político ou um contexto específico alteram o significado de uma ideia, ele tenta

eles possuem características comuns importantes que nos permitem o uso do termo sem que a análise seja prejudicada. Por características comuns, me refiro, primeiramente, à centralidade que as ideias tomam nestas análises. Em segundo lugar, a concepção do caráter contestável de qualquer conceito político. Por fim, o papel do indivíduo no uso e reinterpretação das ideias, bem como a importância do contexto, tanto político quanto linguístico, na formulação de seus significados.

entender o funcionamento morfológico das ideias em si e a sua relação com o seu universo linguístico. Segundo o autor, seria a morfologia única das ideias e a forma como elas se relacionam entre si que lhes conferiam seu caráter flexível e dinâmico, e possibilitariam as redefinições e reinterpretações dadas a elas pela agência dos indivíduos.

Portanto, o principal objetivo deste estudo é analisar trabalhos que possam jogar luz sobre o funcionamento dos conceitos⁴ e dos discursos políticos, atentando para o seu caráter mutável e maleável. Compreendendo-se o funcionamento das ideias e dos discursos dentro do universo político, o pesquisador poderá melhor compreender o dinâmico processo das mudanças políticas, bem como o papel da agência humana nele. Assim, o artigo propõe o uso de conceitos e teorias que possam contribuir com as análises ideacionais e a persistente dificuldade em encontrar respostas mais dinâmicas às mudanças políticas.

No que tange ao argumento, dois pontos merecem destaque. Primeiro, a análise parte do pressuposto teórico de que todo conceito político é, essencialmente, contestável, sendo seus significados nem universais nem atemporais, e sim resultado de inúmeros fatores que possibilitariam não apenas diferentes usos, mas também diferentes interpretações e ressignificações, resultado tanto de contextos distintos como da capacidade construtiva e criativa de diferentes atores políticos e sociais de criar novos significados e usos para esses conceitos. É importante salientar que esses atores não apenas criam novos usos para tais, mas transformam seus significados. A ideia de ressignificar um conceito e rearranjar elementos dentro do mesmo abre possibilidades quase infinitas de rearticulações e ressignificações de uma ideia, indo além da concepção de uso, que parece limitar o ator a apenas algumas possibilidades disponíveis a ele, como se o mesmo tivesse que escolher entre possibilidades dadas. Como comparação, um utensílio doméstico, por exemplo, pode ser utilizado de forma criativa por um indivíduo de inúmeras maneiras. Por outro lado, se o indivíduo possuir a oportunidade de rearranjar todos os elementos que constituem esse mesmo instrumento, as possibilidades de transformação serão muito maiores. Segundo, se por um lado a análise toma os conceitos políticos como contestáveis, por outro, ela atribui aos discursos um caráter “plural, flexível e não-final” (POCOCK, 1996, p. 74. Tradução nossa), o que produz a construção de uma narrativa flexível, resultado tanto dos discursos que a compõe quanto das ideias que os constituem.

Contudo, antes de analisarmos esses trabalhos (BALL; FARR; HANSON, 1995; BEVIR, 2002; CARSTENSEN, 2011; FREEDEN, 2008; KOSELLECK, 2009, 2011;

⁴ Neste trabalho, os termos “conceito” e “ideia” serão usados como sinônimos, em seu significado mais amplo. Não cabe, a este artigo, fazer qualquer análise sobre as possíveis diferenças de significados atribuídos aos termos.

POCOCK, 1996; 2011; 2019; SKINNER, 1969) será necessário nos debruçarmos, brevemente, sobre a “virada” ideacional nas ciências políticas: seus propósitos e objetivos, suas principais ideias bem como alguns de seus maiores problemas.

Ciências Políticas e a “Virada” Ideacional

O final do século XX experienciou o ressurgimento do interesse pelo papel das ideias, do conhecimento e de fatores cognitivos nas análises políticas (BUSH, 1999, p. 30). Se antes ideias eram vistas como epifenômenos ou fator sem importância nos estudos políticos, já que sistemas políticos seriam constituídos por agentes racionais que antecipariam, corretamente, os resultados possíveis (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p.4), cada vez mais as análises ideacionais voltariam ao centro das ciências sociais, e um crescente consenso sobre o papel das ideias como “crenças causais”, adotadas por instituições e mantidas por indivíduos, emergiria entre cientistas políticos (BÉLAND; COX, 2011, p. 6. Tradução nossa).

Como apontou Andreas Busch (1999), apesar da hegemonia de abordagens “materialistas”, tais como a do *rational choice*, elas falhavam em produzir, empiricamente, resultados analíticos satisfatórios, justamente aquilo que seus defensores prometiam entregar. Essas abordagens eram acusadas, cada vez mais, de serem seletivas em suas evidências e tendenciosas em seus testes, além de não oferecerem explicações alternativas e competitivas (GREEN; SHAPIRO, 1994 apud BUSCH, 1999, p. 30). Além disso, o foco exclusivo nos interesses racionais e objetivos dos atores políticos e a consequente negligência para com os fatores socioculturais ampliava o número de vozes críticas a essas abordagens (BUSCH, p. 31). O pressuposto de que interesses seriam o resultado das condições objetivas e materiais dos atores políticos, e que ideias seriam apenas o reflexo dessas mesmas condições, seria fortemente criticado por inúmeros autores que se baseavam, cada vez mais, em análises ideacionais. Como argumenta Colin Hay (2011), motivações, preferências e desejos não seriam fatos dados por um determinado contexto material, mas sim ideacional, refletindo as orientações normativas dos indivíduos. Portanto, afirma o autor, interesses seriam construídos socialmente (HAY, 2011, p. 67-68). Interesses em si não existiriam, apenas construções de interesses. Mais do que isso, ao tratar o indivíduo como simples reflexo das condições materiais do seu tempo, essa abordagem negava a agência, autonomia, individualidade e identidade do indivíduo enquanto ator (HAY, 2011, p. 78-79).

Este último ponto seria essencial na crítica dos cientistas ideacionais aos materialistas. Pois seria justamente a ausência de agência e a ideia de equilíbrio e continuidade que dariam a

essas análises suas características limitações e deficiências na abordagem das transformações e mudanças nos processos políticos e suas instituições. Se pensarmos em termos institucionais, as análises políticas tradicionais, que não levariam as ideias “a sério” – para usar uma expressão da acadêmica Vivien Schmidt – apresentariam as instituições “em grande parte como dadas, estáticas e restritivas [...], explicando mudanças, majoritariamente, como vindas de fora, como resultado de choques exógenos” (SCHMIDT, 2010, p. 2. Tradução nossa). Se as instituições seguem uma lógica dada e estática, tendendo sempre ao equilíbrio, pouco espaço sobraria para a agência dos atores envolvidos, e toda mudança deveria ser explicada por fenômenos externos às próprias instituições. Ao falar do que ela chama de “institucionalismo discursivo”, uma abordagem ideacional que levaria as ideias “a sério”, a autora enfatiza o papel contingencial das instituições, resultado dos pensamentos e ações dos indivíduos, ou seja, da agência humana, sem abandonar, obviamente, as características institucionais herdadas (SCHMIDT, 2008, p. 314).

Assim, a abordagem ideacional trazia os instrumentos necessários para apreender as transformações e a dinâmica dos processos e das instituições políticas. Ideias seriam centrais em diferentes aspectos ao delinearem nosso entendimento sobre nossos problemas políticos, ao definirem nossos objetivos e estratégias e como meio responsável por nossa comunicação política - “ao definir nossos valores e preferências, as ideias nos fornecem estruturas interpretativas que fazem-nos ver alguns fatos como mais importantes do que outros” (BÉLAND; COX, 2011, p. 3. Tradução nossa). Com tantas funções e influência sobre os indivíduos, as ideias seriam o meio pelo qual as pessoas compreenderiam e mudariam o mundo ao seu redor.

Vivien Schmidt e Claudio Radaelli (2006), por exemplo, utilizam-se da análise dos discursos para compreenderem este dinamismo. Segundo os autores, discursos auxiliariam os estudiosos a integrarem estrutura e agência, explicando, assim, as dinâmicas de mudanças. Discursos seriam fundamentais tanto ao moldarem as estruturas de uma nova instituição, suas regras, valores e práticas, quanto ao servirem como recursos para atores políticos na produção e legitimação de novas ideias (SCHMIDT; RADAELLI, 2006, p. 192). Para Schmidt, o caráter dinâmico dos discursos seria resultado do fato de eles serem processos interativos. Devido à sua natureza deliberativa, eles permitiriam aos atores políticos tratarem instituições à distância, dissociando-se eles próprios delas, mesmo ainda estando dentro das mesmas (2008, p. 316). Indivíduos enquanto seres “sencientes, reflexivos e criativos” possuem a habilidade de pensar e refletir sobre seus pensamentos e ações, e, assim, possuem a capacidade de alterá-los. Mais do que isso, a capacidade discursiva desses atores reflexivos confere a eles a oportunidade de

interagir e, assim, debater suas ideias, criando oportunidade para o surgimento de outras, além dos limites cognitivos e normativos presentes nos “paradigmas e visões de mundo dominantes” (PERISSINOTTO; STUMM, 2017, p. 136). Assim, a política passa ser pensada não apenas como relação de poder e pressão, mas também “como interação discursiva produtora de aprendizados” (PERISSINOTTO; STUMM, 2017, p. 127). Contudo, apesar da grande contribuição para a análise das mudanças políticas, ao dar ao indivíduo papel fundamental nessas transformações através do embate entre discursos, a importância das ideias ainda é pouco explorada. A própria Schmidt (2008, p. 309-310) afirma que discursos são mais versáteis que ideias e que, por si só, poderiam explicar por que certas ideias sucumbem, enquanto outras não. As ideias seriam vistas como entidades fixas, servindo apenas como peças de encaixe dentro dos discursos. Peças fundamentais que dariam sentido aos discursos, mas ainda assim com significados delimitados. Os discursos proveriam flexibilidade aos significados ideacionais, e não as ideias em si.

Como mencionado na introdução, Berman (2011) já havia atentado para a tendência ao “status quo” nas análises ideacionais. Robert Lieberman (2002), por sua vez, em seu artigo *Ideas, Institutions, and Political Order: Explaining Political Change*, também aponta para essa questão ao constatar que os estudiosos ideacionais analisam as mudanças políticas de um equilíbrio ideacional para outro. Nesses trabalhos, afirma o autor, ideias tendem a enfatizar ordem e regularidade, servindo para organizar amplos aspectos da vida política (LIEBERMAN, 2002, p. 71), conclusão muito próxima da ideia de criação de longos e “estáveis padrões de comportamento” de Berman. O próprio título do louvável artigo de Carstensen (2006), *Ideas are Not as Stable as Political Scientists Want Them to Be: A Theory of Incremental Ideational Change*, expõe, de forma clara, essa deficiência nas análises políticas ideacionais, o que teria motivado o autor a tentar explicar, em termos morfológicos, a natureza dinâmica das ideias. Essas críticas não devem ser estendidas totalmente aos assim chamados institucionalistas discursivos. Pois, em seus trabalhos, tentaram desenvolver análises mais dinâmicas, atribuindo aos discursos o poder de alterar os processos políticos de forma constante e incremental, e não apenas enxergando mudanças como algo abrupto e raro. De todo modo, nossa intenção é demonstrar que não apenas os discursos conferem flexibilidade aos processos políticos, mas também as ideias contribuem para esse dinamismo e podem auxiliar no entendimento das transformações políticas.

Linguagem e Política

“O conceito de linguagem como ação simbólica sugere que a linguagem, sendo escrita ou falada, molda e reflete as premissas (quer dizer: atitudes, valores, ideologias etc.) dos atores sociais dentro de uma comunidade” (HARMON; GREEN; GOODNIGHT, 2015, p. 77. Tradução nossa). O reconhecimento da importância da linguagem alterou, na segunda metade do século XX, tanto o foco quanto a metodologia nas ciências humanas (HAMPSHER-MONK; TILMANS; VAN VREE, 1998, p. 1). Segundo Mark Bevir (2002, p. 1. Tradução nossa), porque toda a experiência é “carregada de teoria”, necessariamente nos aproximamos do mundo através de conceitos, que exigem que nossa aproximação seja feita através de pressuposições. Portanto, a linguagem seria a ferramenta responsável por nos “conectar” ao mundo; seria através dela que reconheceríamos, pensaríamos e transformaríamos o mundo ao nosso redor. Ela seria o meio pelo qual se relacionam sujeito e objeto, mas não apenas um meio neutro; seria, antes, um “instrumento” que oferece limites e possibilidades interpretativas para seus “usuários”.

Em termos políticos, a linguagem ganharia contornos ainda mais dramáticos. Como afirma o historiador Quentin Skinner (1969), influenciado pelo linguista John L. Austin, raramente a fala é usada, na política, para descrever algo, mas sim para afetar o mundo. Quando falamos ou escrevemos, performamos uma ação. Toda a linguagem política seria, portanto, *speech-act*. Um ator político, ao proferir uma sentença, prometendo, condenando, avisando, protestando etc., executaria uma ação, ou o que Austin chamaria de “ato ilocucionário”, a ação executada dentro do discurso que demonstraria a intenção do ator em suas performances linguísticas. Contudo, para que a sua ação seja bem-sucedida, é necessário que o ator conheça as convenções linguísticas em que as suas intenções foram colocadas. Assim, toda atividade política seria linguisticamente constituída, e deve ser interpretada dentro de determinado contexto linguístico. Como argumenta James Farr (1995), a política não seria apenas indescritível sem linguagem, mas também impossível. Seria inimaginável fazer política se não pudéssemos “criticar, implorar, prometer, argumentar, exortar, exigir, negociar, barganhar, comprometer, aconselhar, interrogar ou consentir. Imaginar política sem essas ações, seria imaginar nenhuma política reconhecível” (FARR, 1995, p. 25. Tradução nossa). Duas importantes questões resultam dessa asserção: em primeiro lugar, uma enorme quantidade de ações políticas seriam carregadas tanto através quanto dentro da linguagem – mesmo quando esses atos não forem totalmente articulados, eles sempre pressupõem entendimentos compartilhados entre os atores políticos, profundamente enraizados nas práticas políticas e sociais; em segundo, crenças, ações e práticas políticas seriam parcialmente constituídas por conceitos – sempre contestáveis – mantidos pelos atores políticos, o que significaria dizer que os conceitos, bem como a interpretação que os atores fazem do mesmo, influenciariam

diretamente em suas crenças, ações e práticas. Por outro lado, a linguagem funcionaria politicamente, na medida em que interage através de relações de poder com as necessidades e os interesses dos indivíduos e grupos que a utilizam (FARR, 1995, p. 26-27). Portanto, se por um lado a linguagem molda e reflete nossa visão de mundo, e, por outro, o mundo político é linguística e comunicativamente constituído, sucede-se que a política também seria, em grande parte, resultado das transformações linguísticas e, mais especificamente, resultado dos conceitos que a englobam. Alterar os conceitos que constituem essa linguagem significaria, em última instância, remodelar um mundo político (BALL; FARR; HANSON, 1995, p. ix-x). Assim sendo, ações, pensamentos, percepções e práticas seriam delimitados pelos recursos linguísticos – argumentativos e retóricos – de determinada sociedade e, mais além, pelas possibilidades interpretativas que a mesma oferece aos conceitos políticos contemporâneos. Os limites de uma linguagem marcariam, ao menos parcialmente, os limites de um mundo (FARR, 1995, p. 1).

Se por um lado a linguagem é um delimitador dos pensamentos e ações humanas, por outro, ela não pode ser tomada como algo estático e inflexível capaz de determinar todas as crenças e práticas sociais. Como sustenta Pocock (2009), a linguagem refletiria inúmeras tradições, e não apenas uma. Essa imensa diversidade de linguagens seria resultado da multiplicidade de referências possíveis dentro de uma sociedade, constituída de atores sociais performando incontáveis e diversas *utterances* (POCOCK, 2009, p. 72). Haveria, pois, uma infinidade de discursos políticos oriundos de diferentes tradições que se relacionariam, se adaptariam, dialogariam, permutariam e se ressignificariam, tanto sincrônica quanto diacronicamente. Por outro lado, tradições não devem ser vistas como entidades essencialistas. Elas são constituídas por múltiplos componentes selecionados pelos indivíduos em um processo ativo de construção de crenças, no qual eles aceitam, rejeitam, modificam, selecionam e adaptam essas partes. Tradições não são entidades fixas, mas entidades contingenciais que os indivíduos produzem em suas práticas sociais (BEVIR, 2002, p. 202-203). Por serem constituídas por significados hermenêuticos, ou seja, individuais e intencionais, palavras e sentenças podem performar inúmeros e diferentes papéis na linguagem, tendo os indivíduos a oportunidade contínua de “moldar e redefinir partes da linguagem, conforme a usam para atender novas necessidades em novos contextos” (POCOCK, 2002, p. 51-52. Tradução nossa). Assim, seria a própria natureza da linguagem, com suas infinitas possibilidades de construções e rearranjos, resultado da contingência histórica e da criativa faculdade linguística humana de entender novas palavras e sentenças e transmitir novos significados além das regras estabelecidas que possibilitariam a imensa riqueza de significados dos discursos e da

linguagem. Ou, usando a expressão de Pocock (2019, p. 64), a heterogeneidade dos fins, com todas as consequências não previstas, não intencionados ou não desejadas pelos atores políticos responsáveis por determinada prática. A relação entre a natureza da linguagem, com suas inúmeras possibilidades sincrônicas e diacrônicas, com a criativa faculdade linguística humana, daria o caráter flexível e inovador aos processos políticos. Entender a existência e o funcionamento dessas tradições discursivas em um determinado contexto político, e como elas interagem entre si, são selecionadas, adaptadas, rejeitadas e transformadas por indivíduos e grupos, ao passo que transformam o mesmo, são enormes contribuições para as análises ideacionais. Entender as diferentes “camadas” discursivas dentro uma linguagem, sua origem e desenvolvimento – se oriundas de práticas profissionais que migraram para o campo político, ou se originadas de práticas discursivas e retóricas derivadas da performance de atores políticos – pode contribuir para o entendimento daquilo que é estrutura ou contingência, ou, segundo Pocock (2011, p. 93), daquilo que é resultado das instituições ou da agência humana.

Dinâmica e Movimento: O Universo Contestável dos Conceitos Políticos

Conceitos são, assim, concentrações de muitos conteúdos semânticos [...], reúnem a riqueza da experiência histórica e a soma das lições teóricas e práticas extraídas dela, de tal forma que sua relação apenas pode ser estabelecida e, adequadamente entendida, por meio de um conceito. Para ser mais sucinto: o significado das palavras pode ser definido com exatidão, mas os conceitos só podem ser interpretados (KOSELLECK, 2011, p. 20).

Assim, conceitos são sempre contestáveis, como consequência de sua rica composição hermenêutica. Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck (2011), conceitos não apenas registrariam as transformações nas estruturas política, econômica e social, mas também afetariam essas transformações à medida que as mesmas seriam percebidas, conceitualizadas e inseridas em determinados “horizontes de experiências”, depois de seus possíveis significados terem sido alvos de disputas por diferentes grupos e atores competindo para estabelecer suas respectivas avaliações e interpretações dessas mudanças (RITCHER, 1995, p. 36). Sendo assim, conceitos não podem ser entendidos fora dos conflitos políticos que eles configuram, pois são instrumentos de persuasão e legitimação, “armas de guerra” linguísticas usadas na arena política. Muitos dos principais conflitos e desacordos políticos aconteceriam em torno da disputa pelo significado de conceitos-chave como “liberdade”, “justiça” ou “igualdade” (BALL, 1999, p. 82). Portanto, mudanças políticas e conceituais estão intimamente ligadas. Ideologias, discursos e narrativas buscam legitimar seus próprios significados conceituais. Ao alterar o significado de um conceito, os agentes estariam alterando também uma determinada

visão de mundo, pois, como exposto acima, a adoção de uma linguagem – constituída de conceitos – envolveria a adoção de um mundo. Por isso, conceitos seriam instrumentos não só valiosos, mas essenciais nos processos de transformações políticas. Atores políticos, ao se defrontarem com *political problem-solving situation*, analisariam, criticariam e tentariam resolver contradições em suas crenças, ações e práticas à medida que tentariam entender e mudar o mundo ao seu redor (FARR, 1995, p. 24-25). Geralmente, essas transformações acontecem de forma gradual, visto que ocorrem contra experiências já incorporadas ao próprio conceito e dependentes da legitimação de certo número de indivíduos (FARR, 1995, p. 34). Portanto, conceitos devem ser entendidos como ferramentas para disputa política, de controle de significados, central no confronto entre diferentes visões de mundo, parcialmente limitados apenas por questões cognitivas e normativas. Essas asserções oferecem a possibilidade de uma percepção diferente do processo político, imbuído de um caráter mais dinâmico e relacionado às mudanças políticas. Se, como Lieberman afirma, as análises ideacionais tendem a ver as mudanças políticas como sendo mudanças de um equilíbrio para outro, a ideia de diferentes agentes, com diferentes visões, disputando e rearranjando significados conceituais contestáveis em ricas e inúmeras tradições discursivas, oferece-nos uma visão diferente. Dessa perspectiva, mudanças ocorreriam de forma gradual e constante, resultado de interpretações e arranjos contingenciais através de infindáveis disputas políticas. Se conceitos são importantes devido ao seu papel nos conflitos e mudanças políticas, e servem tal propósito em virtude de sua contestabilidade, resta-nos saber por que conceitos possuem esta natureza contestatória, ponto explicado abaixo, que confere ao mesmo seu caráter dinâmico e mutável.

Para Freedden (2008), conceitos políticos derivariam seus significados de três dimensões distintas: tempo, espaço e morfologia. Parte da diversidade dos significados de um conceito é resultado da variedade de tradições acumuladas pelos discursos (tempo), parte seria fruto da pluralidade de contextos (espaço), e, por último, também seria consequência do tipo e composição dos elementos que o constituem e da forma como se agrupam internamente, bem como do modo como os conceitos se relacionam com outros conceitos políticos (morfologia).

Conceitos não possuiriam significados intrínsecos, mas seriam construções sociais que teriam seus significados dados empiricamente através do uso (FREEDEN, 2008, p. 61). Os principais conceitos políticos seriam constituídos morfologicamente por um elemento inalienável, além de outros componentes adjacentes, quase-contingentes, que se relacionariam com esse componente inalienável. Por elemento inalienável, Freedden não quer dizer um elemento central que se confundiria com o significado do próprio conceito e que seria exclusivo desse mesmo conceito; antes, ele se referia àquele elemento que estaria sempre presente em

qualquer discussão sobre determinado conceito. Assim, por exemplo, para o conceito de “liberdade”, teríamos o elemento inalienável *non constraint*, pois, qualquer que seja o grupo que dispute o significado deste conceito, o mesmo não poderia ser omitido. Se conceitos fossem constituídos apenas por componentes aleatórios e fluidos sem um atributo que os definissem, eles seriam dispensados enquanto conceitos políticos específicos (FREEDEN, 2008, p. 63-65).

Somado a esta característica inalienável, componentes adjacentes dariam aos conceitos seu caráter flexível e dinâmico. Esses elementos variáveis, que se relacionariam com o componente inalienável, não seriam histórica ou geograficamente características universais do conceito (FREEDEN, 2008, p. 65). Freedden divide esses componentes em duas classes: lógicos e culturais. Os lógicos seriam elementos que realizariam permutações imprescindíveis com o componente inalienável, possuindo relação de necessidade com o mesmo. Por exemplo, “autonomia” e “autodeterminação” seriam elementos lógicos do conceito de “liberdade”, pois se conectariam, necessariamente, ao elemento *non constraint*, e possibilitariam sua efetivação. Por serem lógicos, não poderiam ser aleatórios, mas, por outro lado, são quase-contingentes pois, apesar de lógicos, não é possível definir qual elemento será ou não introduzido ao conceito, já que são elementos contestáveis (FREEDEN, 2008, p. 68. Tradução nossa). Dependendo da interpretação que é feita de “liberdade”, por exemplo, o elemento lógico “autonomia” poderia ser substituído por outro elemento lógico qualquer, desde que imprescindível para a realização de *non constraint*. Por outro lado, a adjacência cultural agiria em dois níveis diferentes. Primeiro, organizando culturalmente os elementos lógicos, dando ao mesmo seu caráter quase-contingente e flexível, como apontado acima. Segundo, sendo o próprio elemento cultural que se ligaria ao inalienável de forma não lógica, mas, ainda assim, legítima. Portanto, a adjacência cultural tanto organiza os elementos lógicos como introduz seus próprios elementos. Diferentemente dos adjacentes lógicos, os culturais resultariam de fenômenos históricos e sócio geográficos, encorajando a associação de diferentes conceitos e diferentes elementos (FREEDEN, 2008, p. 71-72). Esse atributo cultural possibilitaria maior flexibilidade e mutabilidade dos conceitos políticos e ajudaria a entender o papel dos atores políticos nesse processo, bem como da agência humana nas transformações políticas.

O fundamental daquilo que foi apresentado acima é que, por serem constituídas não apenas de elementos lógicos, mas também de elementos culturais e normativos, as ideias apresentariam uma natureza altamente flexível, mutável e essencialmente contestável, sujeita a mudanças contextuais. Fossem resultado apenas de associações lógicas, as ideias teriam significados fixos. São os elementos culturais que permitiriam a conciliação de contradições lógicas em um sistema de crenças, como a defesa da democracia, concomitantemente à defesa

da segregação racial nos Estados Unidos do século XX, por exemplo. O indivíduo está apto a defender ambas as posições de forma aparentemente lógica e coerente, justamente porque componentes culturais relacionar-se-iam e interagiriam com outros elementos dentro do conceito de tal forma a legitimar e justificar sua posição logicamente contraditória. Além disso, sendo as ideias indicadores, mas também fatores da realidade política (KOSELLECK, 2009, p. 40), elas registrariam tanto quanto afetariam as transformações estruturais política, social e econômica. Para Koselleck (2009, p. 67. Tradução nossa), a história da interpretação e recepção dos conceitos demonstra que eles seriam mais do que “evidências linguísticas de continuidade e mudança social. Para o autor, “conceitos, ao definir estruturas extralinguísticas, condicionam eventos políticos” (KOSELLECK, 2009, p. 67. Tradução nossa). Ou seja, a análise de um conceito não apenas auxilia o pesquisador a entender os acontecimentos de uma época, já que trazem, em si, as próprias experiências dessa época, mas, além de puro registro, um conceito afeta o mundo, na medida em que afeta a interpretação de um dado ator sobre seu próprio mundo. Por isso, um conceito vai além de suas estruturas linguísticas e afeta o mundo concreto, condicionando eventos políticos. Um indivíduo, ao pensar sobre seu tempo, o faz através de conceitos, interpreta sua realidade através do mesmo e, assim, é influenciado por seus possíveis significados. Para que uma revolução possa acontecer, por exemplo, é necessário que exista, ou seja criado, um vocabulário revolucionário, que permita que conceitos-chave dessa revolução sejam popularizados e entendidos na direção dela mesma, caso contrário, não será bem-sucedida. Assim, conceitos registram tanto as mudanças quanto precipitam e direcionam as mesmas ao influenciar as interpretações dos agentes e, conseqüentemente, suas conclusões e ações perante o mundo. Portanto, o entendimento da morfologia dos conceitos, de seus elementos lógicos e culturais, de seus significados e transformações, bem como das convenções linguísticas a qual pertencem, pode oferecer ao analista ideacional uma ferramenta valiosa no entendimento das transformações políticas. Ao analisar as transformações hermenêuticas de um conceito, o pesquisador pode compreender tanto a *direção* e o *conteúdo* das transformações políticas quanto suas *origens*. À medida que ressignificações, rejeições, introduções e adaptações de significados indicariam as novas crenças e valores dentro deste sistema político, elas abririam novas possibilidades antes inexistentes enquanto encerrariam tantas outras antes possíveis, criando, por fim, novas experiências. Por isso, conceitos são tão importantes para entendermos as dinâmicas de mudanças dos processos políticos. Eles carregam consigo experiências acumuladas e novas expectativas que surgem em determinado momento. Por essa razão, quando um conceito perde a capacidade de agrupar experiências acumuladas em uma sociedade, bem como suas expectativas reprimidas, eles tendem a perder seu uso e desaparecer

(KOSELLECK, 2009, p. 43), perdendo tanto a capacidade de registrar alterações quanto a de afetar o mundo e transformá-lo.

Conclusão

Ao trazer diferentes abordagens, o estudo buscou apresentar algumas concepções que possam contribuir para as análises ideacionais e seus problemas mais persistentes no que se refere ao estudo das mudanças nos processos políticos e a participação dos atores políticos no mesmo. Argumentou-se que a linguagem é ferramenta política essencial e que não pode ser excluída de qualquer análise que vise compreender as transformações políticas. Alterações linguísticas e mudanças políticas estariam intrinsicamente ligadas. Ao analisar um discurso, o pesquisador deve, também, entender todas as diferentes tradições discursivas e os respectivos significados que carregam. Não apenas as diferentes tradições, mas também as heterogêneas “camadas” que determinada tradição traz consigo, sejam elas originadas de outras práticas profissionais e vocabulários técnicos de outras áreas do conhecimento, que entram na linguagem política e tornam-se *idioms*, sejam elas resultado dos discursos e retóricas políticas, derivadas das performances dos atores inseridos na mesma (POCOCK, 2011, p. 93). Entender as tradições e as origens de seus diferentes níveis linguísticos pode auxiliar o pesquisador a entender mudanças e continuidades dentro desses discursos. Por outro lado, maior ênfase foi dada a análise dos conceitos que, mesmo estando sempre inseridos dentro de um discurso, “são os eixos em torno dos quais todos os argumentos se voltam” (KOSELLECK, 2009, p. 65. Tradução nossa). Tentou-se demonstrar que, por razões distintas – tempo, espaço e morfologia – os conceitos políticos são intrinsecamente flexíveis e mutáveis, altamente contestáveis em seus significados e estreitamente ligados às transformações políticas. Sendo “conceitos em movimento”, as ideias políticas seriam responsáveis tanto por registrar eventos quanto por afetá-los, sendo de vital importância para a compreensão das mudanças que ocorrem no universo político.

Em 2011, Berman, ao tentar compreender as principais dificuldades que cientistas políticos enfrentavam ao fazer análises ideacionais, apontou, como um dos principais motivos para esse problema, o fato de que as análises ideacionais haviam sido deixadas, majoritariamente, a cargo de historiadores intelectuais. Para Berman (2011, p. 205-206. Tradução nossa), apesar de produzirem “ricos e fascinantes relatos sobre os conteúdos ideológicos e seus teóricos”, esses estudiosos ignoravam “questões importantes relacionadas às origens das ideologias ou à questão de como elas são moldadas pelos amplos contextos social,

político e econômico nos quais elas surgem”. O pioneiro e influente trabalho do historiador das ideias Quentin Skinner, *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, lançado em 1969, já apontava para o erro, não só de historiadores das ideias, mas de teóricos políticos e filósofos, de não darem a devida atenção para o contexto ao qual determinado autor político estaria vinculado – indo além, inclusive, das críticas de Berman e se atentando para a vital importância do contexto linguístico – bem como da importância de se estudar autores menores, e não apenas os cânones políticos. Desde então, o campo da história das ideias vem experimentando constante questionamento teórico e metodológico e vem sendo palco de inúmeros debates calorosos sobre essas questões. Berman parece referir-se a uma História das Ideias ultrapassada, ainda da primeira metade do século XX. A desatualizada afirmação do intelectual parece apenas reforçar a urgente necessidade de diálogo entre esses campos e as enormes possibilidades que podem aparecer no horizonte das duas disciplinas, se uma comunicação ampla e aberta for estabelecida. Trazer alguma contribuição para esse diálogo foi o principal propósito deste artigo.

Referências bibliográficas

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey (ed.). *Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell. Editor's Introduction. In: _____ (ed.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BÉLAND, Daniel; COX, Robert. Introduction: Ideas and Politics. In: _____ (ed.). *Ideas and Politics in Social Science Research*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

_____. Ideas and Institutions in Social Policy Research. *Social Policy & Administration*, v. 50, p. 734-750, 2016.

BERMAN, Sheri. Ideational Theorizing in the Social Sciences since “Policy Paradigms, Social Learning, and the State”. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 26, p. 217-237, 2013.

BEVIR, Mark. *The Logic of History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BOUWSMA, William. From History of Ideas to History of Meaning. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 12, n. 2, p. 279-291, 1981.

BRAUN, Dietmar; BUSCH, Andreas (ed.). *Public Policy and Political Ideas*. Northampton: Edward Elgar, 1999.

CARSTENSEN, Martin. Ideas are Not as Stable as Political Scientists Want Them to Be: A Theory of Incremental Ideational Change. *Political Studies*, v. 59, p. 596-615, 2011.

FARR, James. Understanding conceptual change politically. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell (ed.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FREEDEN, Michael. *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (ed.). *Ideas and Foreign Policy: beliefs, institutions, and political change*. New York: Cornell University Press, 1993.

GOODIN, Robert; TILLY, Charles (ed.). *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HAMPSHER-MONK, Iain; TILMANS, Karin; VAN VREE, Frank. A Comparative Perspective on Conceptual History - An Introduction. In: _____ (ed.). *History of Concepts: Comparative Perspectives*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1998.

HARMON, Derek; GREEN, Sandy; GOODNIGHT, Thomas. A Model of Rhetorical Legitimation: The Structure of Communication and Cognition Underlying Institutional Maintenance and Change. *Academy of Management Review*, v. 40, n. 1, p. 75-95, 2015.

HAY, Colin. Ideas and the Construction of Interests. In: _____ (ed.). *Ideas and Politics in Social Science Research*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. On the History of Concepts and the Concept of History. In: DINER, Dan; ZIMMERMANN, Moshe (ed.). *Disseminating German Tradition: The Thyssen Lectures*. Leipzig: Leipziger University, 2009.

_____. Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe. *Contributions to the History of Concepts*, v. 6, n. 1, p. 1-37, 2011.

LIEBERMAN, Robert. Ideas, Institutions, and Political Order: Explaining Political Change. *The American Political Science Review*, v. 96, n. 4, p. 697-712, dez. 2002.

McMAHON, Darrin; MOYN, Samuel. *Rethinking Modern European Intellectual History*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PALONEM, Kari. The History of Concepts as a Style of Political Theorizing: Quentin Skinner's and Reinhart Koselleck's Subversion of Normative Political Theory. *European Journal of Political Theory*, v. 1, p. 91-106, 2002.

PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: como e quando as ideias importam. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 64, p. 121-148, 2017.

POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

RICHER, Melvin. *The History of Political and Social Concepts: A Critical Introduction*. New York: Oxford University Press, 1995.

_____; LEHMANN, Hartmut (ed.). The Meaning of Historical Terms and Concepts. *Occasional Paper*, n. 15, p. 1-70, 2009.

SCHMIDT, Vivien. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. *Annual Review of Political Science*, v. 11, p. 303-326, 2008.

_____. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalisms the fourth “new institutionalism”. *European Political Science Review*, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2010.

_____; RADAELLI, Claudio. Policy Change and Discourse in Europe: Conceptual and Methodological Issues. *West European Politics*, v. 27, n. 2, p. 183-210, 2006.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3- 53, 1969.

WIMMER, Mario. Conceptual History: Begriffsgeschichte. *International Encyclopedia of Social and Behavioral Science*, v. 4, p. 548-554, 2015.

YEE, Albert. The Causal Effects of Ideas on Policies. *International Organization*, v. 50, n. 1, p. 69-108, 1996.